

IA13828

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115-517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sexta Sessão Ordinária
23 - 27 Janeiro 2015
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/864(XXVI)iv
Original: Inglês

RELATÓRIO DO SUB-COMITÉ DO CRP
SOBRE QUESTÕES DE AUDITORIA

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : +251 11-551 7700 Fax : +251 11-551 7844
website : www.africa-union.org

SUB-COMITÉ SOBRE QUESTÕES DE AUDITORIA

8 de Janeiro de 2015

ADIS ABEBA, ETÍÓPIA

Audit S/Cttee/Rpt

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUB-COMITÉ DO CRP
SOBRE QUESTÕES DE AUDITORIA**

I. INTRODUÇÃO

1. A sexta Reunião do Sub-Comité sobre Questões de Auditoria foi realizada no dia 8 de Janeiro de 2015 em Adis Abeba. A reunião iniciou as 10:00.

II. PARTICIPANTES

2. A reunião foi presidida pelo Presidente do Sub-Comité sobre Questões de Auditoria S. Excia. Lazare Makayat Safouesse, Embaixador da República de Congo e teve a participação dos seguintes Estados Membros:

1. Burkina Faso
2. Chade
3. Congo
4. República Democrática de Congo
5. Etiópia
6. Gâmbia
7. Gana
8. Lesoto
9. Mauritânia
10. Namíbia
11. Seychelles
12. Tanzânia
13. Togo
14. Tunísia

III. Discurso de Abertura

3. O Presidente deu as boas-vindas aos membros do Sub-Comité bem como aos funcionários da Comissão da UA à reunião.
4. O Presidente estendeu igualmente a todos os membros e funcionários da CUA os melhores desejos para o Ano Novo de 2015.

IV. ADOPÇÃO DA AGENDA

5. O Presidente apresentou a agenda que foi discutido e adoptado pelo Sub-Comité conforme se segue abaixo:
 1. Discurso de Abertura
 2. Adopção da Agenda
 3. Análise do Projecto dos Relatórios do Sub-Comité sobre as Questões de Auditoria

- a) Projecto do Relatório do Sub-Comité do CRP sobre as Questões de Auditoria da reunião realizada no dia 5 de Novembro de 2014
- b) Projecto do Relatório do Sub-Comité do CRP sobre as Questões de Auditoria da reunião realizada em 26 a 28 de Novembro de 2014
- c) Projecto do Relatório do Seminário de Formação do Sub-Comité do CRP sobre as Questões de Auditoria realizado no dia 2 de Dezembro de 2014

4. Diversos.

V. CONSIDERAÇÃO DO PROJECTO DOS RELATÓRIOS

6. A reunião analisou os três projectos dos relatórios e adoptou-os sujeitos a emendas. Os relatórios emendados estão anexados neste relatório da seguinte forma:
- i. **Anexo I** - Projecto do Relatório do Sub-Comité do CRP sobre as Questões de Auditoria da reunião realizada no dia 5 de Novembro de 2014.
 - ii. **Anexo II** - Projecto do Relatório do Sub-Comité do CRP sobre as Questões de Auditoria da reunião realizada em 26 a 28 de Novembro de 2014.
 - iii. **Anexo III** - Projecto do Relatório do Seminário de Formação do Sub-Comité do CRP sobre as Questões de Auditoria realizado no dia 2 de Dezembro de 2014.

VI. DIVERSOS

7. Não havendo mais assuntos por debater a reunião foi dada por encerrada as 17h30.

IA13825

EX.CL/864 (XXVI) iv
Anexo 1

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES
PERMANENTES (CRP) PARA ASSUNTOS DE AUDITORIA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : +251 11-551 7700 Fax : +251 11-551 7844
website : www.africa-union.org

IA13825

SUBCOMITÉ DE ASSUNTOS DE AUDITORIA
5 de Novembro de 2014
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

Audit S/Cttee/Rpt
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES
PERMANENTES (CRP) PARA ASSUNTOS DE AUDITORIA**

**RELATÓRIO DA QUARTA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ DE ASSUNTOS DE AUDITORIA
REALIZADA NO DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2014**

I. INTRODUÇÃO

1. A quarta Reunião do Subcomité de Assuntos de Auditoria foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 5 de Novembro de 2014 e teve início às 10:30 horas.

II. PRESENCAS

2. A reunião foi presidida pelo Presidente do Subcomité de Assuntos de Auditoria, S.E o Senhor Lazare Makayat Safouesse, Embaixador da República do Congo e contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros:

- (i) Congo
- (ii) Etiópia
- (iii) Gana
- (iv) Lesoto
- (v) Mauritânia
- (vi) Namíbia
- (vii) Seychelles
- (viii) Togo
- (ix) Tunísia
- (x) Tanzânia

III. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

3. O Presidente deu as boas-vindas à reunião a todos os membros do Subcomité e os funcionários da Comissão da União Africana.

ADOÇÃO DA AGENDA

4. O Presidente apresentou a agenda que foi alterada e adoptada pelo Subcomité, conforme se indica abaixo:

- 5. Observações Preliminares
- 6. Adopção da Agenda
- 7. Adopção do programa de trabalho
- 8. Análise da Execução Orçamental para o período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2014
- 9. Diversos

IV. ADOÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

a) APRESENTAÇÃO

5. O Presidente convidou A Directora do Gabinete de Auditoria Interna a apresentar o Projecto de Programa de Trabalho do Subcomité para o período de Novembro a Dezembro de 2014.

6. A Directora do Gabinete de Auditoria Interna apresentou o programa de trabalho, da seguinte forma:

05 de Novembro de 2014

- Análise do Relatório de Auditoria Interna sobre a Análise da Execução Orçamental para o 1º e 2º Trimestres de 2014,
- Diversos.

26 e 27 de Novembro (reunião de dois dias)

- Análise dos relatórios dos Órgãos da União Africana pelo Conselho de Auditores Externos referente ao ano de 2013:
 - ✓ Relatório da Comissão da União Africana referente ao ano de 2013
 - ✓ Relatórios dos outros Órgãos da União Africana (Parlamento Pan-africano (PAP), Tribunal da União Africana, Comissão da União Africana do Direito Internacional (CUADI), Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AUABC), Comissão de Banjul).
- Seguimento do relatório pendente do PAP (2012).
- Relatório do Conselho de Auditores Externos sobre o Exercício de Verificação das questões do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC) de acordo com a Decisão de Malabo de Junho de 2014.
- Diversos.

2 de Dezembro de 2014

- Seminário de formação sobre o Papel das Comissões de Auditoria.
- Diversos

10 de Dezembro de 2014

- Análise e Adopção do Projecto de Relatório que emana das duas sessões acima indicadas e a formação do Subcomité do CRP de Assuntos de Auditoria.
- Diversos

b) DELIBERAÇÕES

7. Após a apresentação do programa de trabalho que foi feito pela Directora, o Presidente convidou os membros a reagir em relação ao programa de trabalho. Os membros agradeceram ao Presidente e à sua Mesa pela elaboração de um programa para orientar o seu trabalho e exprimiram algumas preocupações, nomeadamente:

- Porque houve apenas um relatório de auditoria sobre a Comissão e não relatórios dos outros Órgãos;
- Solicitação de esclarecimento se o Gabinete de Auditoria Interna tem controlo total sobre os Auditores Internos nos Órgãos;
- Se os relatórios de todos os Órgãos estariam prontos de forma atempada para que sejam discutidos nos dias 26 e 27 de Novembro 2014;
- Porquê os relatórios foram submetidos tardiamente aos membros e que necessitavam de melhoria para permiti-los tempo amplo para analisar os relatórios com vista a melhorar a sua compreensão em relação ao que será discutido.

8. Após a apresentação das questões pelos membros, o Presidente solicitou à Comissão a responder às preocupações apresentadas pelos membros.

c) RESPOSTA DA COMISSÃO

Gabinete de Auditoria Interna

9. A Directora do Gabinete de Auditoria Interna explicou que o mandato do Gabinete de Auditoria Interna é limitado à auditoria dos Órgãos da União Africana e não inclui o controlo de auditores nos outros Órgãos.

10. Sobre o atraso por parte dos Órgãos na submissão dos relatórios, a Directora informou aos membros que os relatórios para a CUA e o PAP estão disponíveis em todas as línguas e que seriam atempadamente circulados no seio dos membros enquanto se aguarda pelos relatórios dos outros Órgãos, os quais seriam igualmente partilhados antes da reunião.

Programação, Orçamentação, Finanças e Contabilidade

11. O Responsável pelo Orçamentação reiterou que, no novo Regulamento Financeiro, o Gabinete de Auditoria Interna é o Auditor da União e que através delas o Gabinete pode necessitar de analisar a harmonização das auditorias da União.

d) CONCLUSÕES

12. Os membros adoptaram o programa de trabalho e solicitaram à Comissão a partilhá-lo com todos os membros.

V. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2014

a) APRESENTAÇÃO

13. O Presidente do Subcomité convidou a Directora do Gabinete de Auditoria Interna a apresentar o relatório de execução orçamental.

14. A Directora agradeceu aos membros e fez uma apresentação sobre as principais constatações do relatório de execução orçamental, conforme se ilustra abaixo:

i) Avaliação Geral

15. A Directora explicou que o relatório combinou o primeiro trimestre (25% do orçamento) e o segundo trimestre (50% do orçamento) referentes ao ano de 2014. Com base nas proporções trimestrais do orçamento, houve variações nas taxas de execução uma vez que as despesas estão sob a forma de pagamento único.

16. A taxa geral da execução orçamental para a Comissão da União Africana quando foi calculada em relação ao orçamento aprovado era de 10% para o primeiro trimestre e 24% para o primeiro semestre do ano findo em 30 de Junho de 2014, conforme se apresenta na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Execução Orçamental Geral

Detalhes	Orçamento (\$EU)	1º Trimestre de 2014		1º Trimestre de 2014	
		Despesas (\$EU)	Taxa de Execução %	Despesas (\$EU)	Taxa de Execução %
Orçamento de Programas	218.576.722	11.312.735	5%	33.257.311	15%
Orçamento Operacional	98.657.641	18.883.075	19%	41.963.519	43%
Total	317.234.363	30.195.810	10%	75.220.830	24%

ii) Execução Orçamental Operacional

17. A taxa geral de execução para o orçamento operacional da Comissão referente ao primeiro trimestre foi de 19%, correspondente a 18,9 Milhões de \$EU, onde a taxa de execução referente ao primeiro semestre era de 43%, correspondente a 41,9 Milhões de \$EU. Estas taxas de execução estavam dentro dos níveis aceites, excepto para a rubrica orçamental referente à reabilitação das instalações financiada pelo Governo da China que teve uma baixa taxa de execução.

iii) Execução Orçamental de Programas

18. A taxa de execução relativa ao orçamento de programas da Comissão referente ao primeiro trimestre era de 5%, correspondentes a 11,3 Milhões de \$EU enquanto a taxa de execução referente ao primeiro semestre era de 15%, o que representa 33,26 Milhões de \$EU **conforme se apresenta na Tabela 1 abaixo**. Estas taxas de execução são bastante baixas e a implementação dos programas deve ser melhorada, caso se pretende atingir os objectivos preconizados.

Fraca Execução Orçamental de Programas

19. O orçamento aprovado de **11,4 Milhões de \$EU** envolvendo 35 actividades dos programas foi executado **abaixo de 40%** (na dotação referente ao 1º trimestre na ordem de 25% do orçamento), e **8,4 Milhões de \$EU** envolvendo 54 actividades de programas executados abaixo de 40% (na dotação referente ao 2º semestre de 2014 na ordem de 50% do orçamento). A explicação dada foi o atraso na disponibilização de fundos e no adiamento da implementação dos programas durante o terceiro e quarto trimestres. O Gabinete de Auditoria Interna recomendou que os departamentos devem garantir melhoria na implementação dos programas durante o segundo semestre do ano e devem envolver os parceiros na prorrogação dos programas.

Execução Orçamental Nula de Programas

20. O orçamento aprovado de **21,1 Milhões de \$EU** envolvendo 289 actividades de programas e equivalente a **9,64%** do orçamento de Programas não foi executado. A explicação dada por alguns departamentos foi que a maior parte das actividades é planificada para efeitos de implementação durante o segundo semestre do ano, enquanto os outros mencionaram a falta de fundos como sendo a causa da demora na implementação dos programas. O Gabinete de Auditoria Interna recomendou que os departamentos devem analisar novamente as suas actividades prioritárias para garantir que a implementação dos programas seja melhorada.

Rubricas para as quais não houve desembolso/disponibilização de orçamento de programas:

21. Um valor de 24,3 Milhões de \$EU do Orçamento de Programas envolvendo 318 rubricas orçamentais ainda não havia sido recebido até ao dia 30 de Junho de 2014. A explicação dada pela Unidade de Mobilização de Recursos sob tutela da Direcção de Planificação Estratégica é que alguns parceiros disponibilizam fundos tardiamente e, portanto, esperam que os fundos sejam disponibilizados durante o segundo semestre do ano.

22. O Gabinete de Auditoria Interna recomendou que a Comissão faça a revisão dos projectos afectados e priorizá-los novamente. Se possível, a Comissão deve procurar fontes alternativas de financiamento para garantir que os programas sejam implementados de modo a não prejudicar a prestação de serviços.

Alta Execução Orçamental de Programas (Acima de 100%):

23. O orçamento aprovado na ordem de **4,0 Milhões de \$EU** envolvendo 35 actividades de programas foi executado acima de 100% durante o primeiro trimestre e **3,4 Milhões de \$EU** envolvendo 9 actividades de programas durante o semestre do ano. Os Departamentos entrevistados explicaram que algumas das actividades estão sob a forma de pagamento ou uma série de reuniões realizadas dentro de um período específico, o que resulta em elevados níveis de despesas.

Preocupações do Gabinete de Auditoria Interna:

24. Uma revisão crítica da análise da execução orçamental revelou que a fraca implementação dos programas devido à falta de fundos está a aumentar. A tendência este ano indica que a falta de alcance das metas e objectivos seria pior que nos anos anteriores. Portanto, apela-se à Comissão a levar a realizar a mobilização de fundos e os Estados-membros a analisar uma fonte alternativa de financiamento.

b) DELIBERAÇÕES SOBRE AS PREOCUPAÇÕES

25. Após a apresentação da análise de execução orçamental referente ao semestre findo em 30 de Junho de 2014 pela Directora do Gabinete de Auditoria Interna, o Presidente do Subcomité convidou aos membros a fazer comentários sobre o relatório apresentado.

26. Os membros fizeram os seguintes comentários e perguntas gerais:

- i.) Os membros procuraram saber o que havia causado a fraca execução orçamental abaixo de 40% e porque os parceiros não estão a honrar as suas promessas.
- ii.) Além disso, os membros não estavam satisfeitos com as explicações dadas pelos departamentos em relação à fraca implementação dos programas.
- iii.) Os membros mencionaram que o relatório não mencionou as entidades responsáveis pela implementação dos programas, para que fossem responsabilizados.
- iv.) Os membros mencionaram, igualmente, que o relatório carece de detalhes essenciais sobre os programas em termos de progresso em relação ao alcance dos objectivos preconizados e os resultados planificados.
- v.) Os membros recordaram, igualmente, à Comissão sobre a necessidade de implementação das recomendações do Conselho Executivo adoptadas em Malabo em 2014 e todos eles recomendaram que fossem efectuadas reformas aos programas, viagens e outras reformas; e enfatizaram a necessidade de prestação de contas perante os Órgãos de Decisão até Janeiro de 2015.
- vi.) A Comissão foi, igualmente, solicitada a apresentar informação aos membros sobre o progresso na implementação da Decisão EX.CL/828 (XXV) IV do

Conselho Executivo, particularmente o parágrafo 2. ii) que recomenda a imposição de sanções punitivas aos indivíduos / departamentos não cumpridores e o parágrafo 3 que apela à Comissão a envidar os esforços necessários com vista a melhorar os níveis de implementação dos programas planificados durante o ano.

- vii.) A Comissão foi solicitada a explicar as razões principais porque os parceiros não poderiam honrar as suas promessas de financiamento e as principais preocupações manifestadas pelos parceiros.
- viii.) Os membros realçaram a falta de disponibilização de fundos por parte dos parceiros que estão, obviamente, a afectar a implementação dos programas, o que afecta o alcance dos objectivos da Organização. Renovaram o seu apoio na busca de uma fonte alternativa de financiamento.
- ix.) Os membros procuraram esclarecimento sobre a inclusão do Fundo da China no orçamento operacional que deve ser inteiramente financiado pelos Estados-membros.

27. Os membros fizeram, igualmente, comentários e perguntas específicas sobre algumas secções do relatório, conforme se segue:

- i) Que presidente foi referido na parte introdutória do relatório.
- ii) O que significa AU-FRR, tendo mencionado que os acrónimos constantes no relatório na versão em Francês devem ser claramente decifrados.
- iii) Solicitaram, igualmente, clareza sobre o significado de '*variações significativas*' mencionadas no relatório e deve-se modificar a sub-posição na tabela 1 para que mostre claramente os números referentes ao primeiro trimestre e o primeiro semestre.
- iv) Solicitaram esclarecimento sobre as rubricas orçamentais afectadas na taxa de execução de 100%.
- v) Os membros solicitaram, igualmente, mais informação sobre os obstáculos existentes na política de viagens que os parceiros enfrentavam.
- vi) Os membros fizeram também comentários sobre a questão relativa aos atrasos na submissão de relatórios aos parceiros, que poderia ter contribuído para a demora na disponibilização de fundos tal como foi anteriormente observado e as acções sugeridas a ser aplicadas aos infractores.

28. Sem outros comentários e perguntas, o Presidente convidou à Comissão a dar respostas às questões levantadas pelos membros.

c) RESPOSTA DA COMISSÃO

Gabinete de Auditoria Interna

29. A Directora começou por agradecer aos membros e mencionou que os relatórios centraram-se na análise da execução orçamental e não no desempenho dos programas. Ela informou aos membros que o Gabinete de Auditoria Interna tenciona dar início às auditorias de desempenho orçamental no próximo ano mas acrescentou que a actividade irá requerer recursos, uma vez que alguns programas são implementados ao nível dos países. Sobre a falta de disponibilização de fundos por parte dos parceiros, a Directora afirmou que o processo de auditoria não incluiu entrevistas aos parceiros, mas dependia apenas das explicações dadas pelos departamentos da CUA em causa.

30. Sobre as questões específicas, a Directora afirmou que o Presidente referido no relatório é a Presidente da CUA. Explicou, igualmente, que o artigo referido foi transcrito tal como está no Regulamento de Auditoria Interna e que os acrónimos contidos no documento original (Versão em Inglês) foram todos decifrados. Sobre as variações significativas, a Directora afirmou que referia-se aos níveis de implementação conforme a comparação feita em relação ao orçamento, durante a auditoria. Na tabela 1 do relatório, os números são cumulativos e, portanto, seriam devidamente corrigidos e alterados para que haja mais clareza.

Programação, Orçamentação, Finanças e Contabilidade

31. Sobre a inclusão do Fundo da China no Orçamento Operacional, o Chefe da Divisão de Orçamentação afirmou que, embora o Orçamento Operacional seja totalmente financiado pelos Estados-membros, o Fundo da China foi incluído no Orçamento Operacional porque era destinado à reabilitação das instalações e já havia sido aceite pelos Estados-membros. A melhoria envolve a reabilitação ou a sua demolição e nova construção do Edifício C. Contudo, de acordo com a política externa da China, não está prevista a disponibilização directa de fundos mas a prestação de apoio em espécie. Portanto, a actividade está pendente até que o Governo da China se comprometa a prestar o referido apoio.

Planificação Estratégica

32. Os representantes da Planificação Estratégica reconheceram a Decisão do Conselho Executivo em Malabo no ano de 2013 designada Ex.CL/828 (XXV) IV sobre a melhoria do desempenho orçamental e informaram aos membros que o departamento já tomou os passos para a sua implementação e aproveitou a oportunidade para rever o Sistema de Planificação Estratégica e de Programas, Implementação, Monitorização e Avaliação da Comissão a fim de garantir soluções abrangentes ao problema de monitorização e avaliação da implementação dos programas. O processo de revisão foi concluído e foi elaborado um projecto de Roteiro de Implementação. Os próximos passos incluem a apresentação do projecto de Roteiro de Implementação à Comissão para que dê as suas contribuições e adopção interna. Posteriormente, o projecto será apresentado aos Estados-membros para análise. O início de implementação deste roteiro está previsto para Janeiro de 2015.

33. Em linha com a Gestão Baseada nos Resultados adoptada e os actuais esforços da Auditoria Interna de migrar para a auditoria baseada no desempenho, futuramente todos os relatórios irão centrar-se mais nos resultados e no progresso alcançado em prol do alcance dos objectivos definidos. Por sua vez, isso irá fazer com que todos os departamentos responsáveis pela implementação sejam responsabilizados pelos recursos proporcionados e os resultados que irão alcançar através da aplicação dos referidos recursos. Como resultado disso, os Estados-membros darão mais informação detalhada sobre o progresso em termos de implementação dos programas.

34. Sobre desembolso tardio ou falta de desembolso de fundos pelos parceiros, os representantes da Planificação Estratégica informaram aos membros que este ano é o único em termos de atraso dos principais parceiros (JPA e UE) em honrar as suas promessas. A União Europeia apresentou preocupações em relação à Política de Viagens da União Africana de acrescentar 20 por cento sobre a taxa Ajudas de Custo das Nações Unidas para missões oficiais e solicitou que a nova política não inclua a implementação deste aspecto. A política inclui igualmente restrições sobre o número de dias de viagem, o tratamento dado às férias no país de origem, o pagamento de Ajudas de Custo que tome em consideração a horas de partida, etc. A política está a ser adoptada pela Comissão e está a ser revista tendo em conta outras políticas e regras a serem apresentadas para adopção na Cimeira de Junho de 2015. Entretanto, A Presidente da CUA suspendeu o pagamento de 20 por cento sobre a taxa das Nações Unidas. Esta medida permitiu a disponibilização de fundos dos parceiros, principalmente da União Europeia e o Acordo Conjunto de Programas o qual prometeu 12 milhões de \$EU, dos quais apenas 50% seriam desembolsados este ano e o acordo de contribuição é apoiado pelo Memorando de Entendimento individual dos parceiros com a Comissão. O montante desembolsado era de apenas 2 milhões de \$EU e os departamentos foram aconselhados a priorizar os seus programas de acordo com os fundos disponíveis.

35. O baixo nível de execução orçamental neste caso pode ser explicado fazendo referência ao parágrafo 15 do relatório que indica que 289 rubricas orçamentais haviam sido alocadas a 21 milhões de \$EU que constituem 10 por cento do orçamento. Isto implica que, em média, cada rubrica orçamental está a usar cerca de 72.000. Do ponto de vista programático, isto mostra que os departamentos têm tendência de planificar muitos projectos demasiado pequenos cujo impacto não pode ser considerado alto, dada a natureza dos desafios de desenvolvimento que o continente visa abordar. O nosso projecto de Roteiro de Implementação advoga para o desenvolvimento e implementação de alguns programas de alto impacto com os departamentos a trabalhar de forma conjunta, através da planificação e programação conjuntas com vista a explorar sinergias e alcançar mais resultados com recursos limitados disponíveis, ao invés de trabalhar em pequenas actividades ou programas dos departamentos a nível individual.

36. Sobre os atrasos verificados na apresentação de relatórios aos parceiros, o representante explicou que houve uma grande melhoria e que o Sistema de Planificação Estratégica e de Programas, Implementação, Monitorização e Avaliação revisto inclui as directrizes sobre a apresentação de relatórios que iria melhorar o processo de apresentação de relatórios aos parceiros.

d) DELIBERAÇÕES ADICIONAIS DOS MEMBROS

37. Depois de ter recebido as respostas da Comissão, o Presidente convidou os membros a apresentar as suas reacções.

38. Os membros fizeram as seguintes observações:

- i) Os membros mencionaram que os parceiros iriam, obviamente, lidar com um programa cujas actividades consistem de mais de 25% de viagens oficiais e solicitaram à Comissão a abordar esta questão.
- ii) Procuraram saber porque foram acrescentados 20% à taxa das Nações Unidas, sabendo plenamente que a União Africana não dispõe de mais fundos em relação às Nações Unidas, indicando que a política deve ser analisada e devidamente alterada.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

39. Sem outros comentários dos membros e da Comissão, o Subcomité adoptou o Relatório da Análise de Execução Orçamental para o período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2014 e apresentou as seguintes recomendações:

- i) O relatório sobre o desempenho orçamental deve incluir a análise de programas departamentais específicos para determinar se os objectivos e programas estabelecidos foram alcançados.
- ii) A Comissão deve abordar o problema da planificação de programas que continua a afectar a implementação dos programas.
- iii) O Gabinete de Auditoria Interna deve apresentar relatórios sobre o desempenho dos programas e alcance dos objectivos, ao invés de apresentar relatórios apenas sobre questões financeiras.
- iv) O Gabinete de Auditoria Interna da CUA deve harmonizar e coordenar todas as funções de auditoria interna da União Africana em conformidade com o plasmado nos Regulamentos de Auditoria e no Regulamento Financeiro da CUA.
- v) A Comissão deve prestar contas aos Estados-membros sobre todas as reformas empreendidas na melhoria dos sistemas de controlo interno, incluindo a implementação da política de viagens tendo em conta o Regulamento Interno e o Regulamento Financeiro da CUA durante a Cimeira de Junho de 2015.
- vi) A questão relativa às fontes alternativas de financiamento deve ser abordada com urgência pelos Estados-membros a fim de suprir a lacuna significativa de financiamento.

VII. DIVERSOS:

40. Não havendo nenhum ponto a abordar nos diversos, a reunião foi encerrada às 12:10 horas.

IA13826

EX.CL/864 (XXVI) iv
Anexo 2

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA ASSUNTOS DE AUDITORIA

IA13826

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : +251 11-551 7700 Fax : +251 11-551 7844

website : www.africa-union.org

SUBCOMITÉ DE ASSUNTOS DE AUDITORIA
26 - 28 DE NOVEMBRO DE 2014
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

AUDIT S/CTTEE/RPT
Original: Inglês

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA ASSUNTOS DE AUDITORIA

I. INTRODUÇÃO

1. A quinta reunião do Subcomité de Assuntos de Auditoria foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 26 a 28 de Novembro de 2014.

II. PRESENCAS

2. A reunião foi presidida por S.E o Sr. Sanjo Jallow, Embaixador da República da Gâmbia e Primeiro Vice-presidente do Subcomité de Assuntos de Auditoria e contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros:

1. África do Sul
2. Burkina Faso
3. Chade
4. Congo
5. Etiópia
6. Gâmbia
7. Gana
8. Lesoto
9. Mauritânia
10. Namíbia
11. Seychelles
12. República Democrática do Congo
13. Tanzânia
14. Togo
15. Tunísia

III. DISCURSO DE ABERTURA

3. O Presidente deu as boas-vindas, à reunião, a todos os membros do Subcomité, membros do Conselho de Auditores Externos (BOEA), representantes dos vários Órgãos da União Africana (UA) e funcionários da Comissão da União Africana (CUA).

4. O Presidente agradeceu ao BOEA pelos serviços prestados e pelo bom trabalho realizado.

IV. ADOPÇÃO DA AGENDA

5. O Presidente apresentou a agenda que foi discutida e adoptada pelo Subcomité com alterações, conforme se descreve abaixo:

- (i) Discurso de Abertura
- (ii) Adopção da Agenda
- (iii) Análise dos Relatórios Financeiros do Conselho de Auditores Externos da UA, referente ao ano de 2013:

- a) Relatório e Demonstrações Financeiras do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (AfCHPR) referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) Relatório e Demonstrações Financeiras do Parlamento Pan-africano (PAP) referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;
- c) Relatório financeiro da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Comissão de Banjul) referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;
- d) Relatório e Demonstrações Financeiras da Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;
- e) Relatório e Demonstrações Financeiras do Conselho da União Africana sobre a Corrupção (AU-ABC) referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;
- f) Relatório e Demonstrações Financeiras da Comissão da União Africana (CUA) referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;

(iv) Diversos.

V. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DO CONSELHO DE AUDITORES DA UA REFERENTES A 2013:

6. O Presidente convidou ao Conselho de Auditores Externos da UA a efectuar as apresentações e solicitou-o a concentrar-se nas questões fundamentais/principais contidas nos relatórios. O Presidente observou que desta forma isso iria proporcionar aos membros uma oportunidade para centrar-se nas questões principais que requerem a atenção do Subcomité.

7. O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Auditores Externos da UA efectuaram as apresentações dos seis relatórios de auditoria no primeiro dia da reunião. Os membros manifestaram as suas preocupações sobre a recepção tardia dos relatórios. Portanto, as deliberações, comentários e respostas da direcção foram adiados para os dias seguintes.

8. Os parágrafos abaixo constituem um resumo das apresentações do BOEA, comentários da direcção, deliberações e as respostas bem como as conclusões e recomendações do Subcomité para cada relatório de auditoria:

A. RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (AFCHPR) REFERENTE AO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

i) APRESENTAÇÃO FEITA PELO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA

9. O Presidente do Conselho de Auditores agradeceu aos membros e afirmou que a opinião da auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do AfCHPR (o Tribunal da UA) estava clara, observando que as demonstrações referentes ao ano de 2013 são livres de distorções materiais. Posteriormente, o Presidente do Conselho explicou as questões principais contidas no relatório, nomeadamente:

Execução Orçamental

10. O orçamento operacional permaneceu em 89% e não houve excesso de despesas. Contudo, do orçamento aprovado de 2.362.315 \$EU para os programas dos parceiros externos, apenas 992.200 \$EU (42%) foram recebidos e aplicados, o que afecta a implementação dos programas.

Viagem ao País de Origem

11. Um montante de 29.000 \$EU gasto em viagens ao país de origem não foi justificado, uma vez que os beneficiários não submeteram os seus cartões de embarque.

Processo de Recrutamento

12. Uma nova estrutura operacional aprovada e adoptada para o Tribunal em Junho de 2007 e foi posteriormente revista em Janeiro de 2012, o que implicou o recrutamento de mais 45 funcionários para integrar o Tribunal em Maio de 2013. A UA disponibilizou uma verba de 1.000.000 \$EU para iniciar o processo de recrutamento mas até à altura de realização da auditoria, não havia sido feito nenhum recrutamento e o processo era bastante lento.

Inconsistência nos Termos dos Contratos dos Funcionários

13. Durante a renovação dos contratos expirados, alguns funcionários foram atribuídos outros contratos com a duração de dois anos, mas dois funcionários foram atribuídos contratos de um ano cada, o que foi considerado inconsistente com as regras.

Gestão de Armazéns

14. Apesar das anteriores recomendações da auditoria, as requisições para os armazéns disponibilizarem os bens não foram contra-assinados pelo Chefe da Unidade.

Gestão de Activos

15. Os activos fixos que foram adquiridos no valor de 18.600,00 \$EU durante o ano não foram inseridos no registo de activos, nem foram marcados.

Gestão de Aquisições

16. O Tribunal não conseguiu elaborar um plano detalhado de aquisições e um relatório anual de aquisições para a ano de 2013, conforme está preceituado nas secções 5.3 e 20.2 do Manual de Aquisições da UA.

Envolvimento dos Juizes nos Assuntos Administrativos

17. Realçou-se que durante os períodos entre as sessões, espera-se que os juizes realizem pesquisas e se preparem para todos os assuntos a ser analisados nas próximas sessões. Contudo, os juizes estiveram igualmente envolvidos nas questões administrativas do Tribunal, por exemplo o início do processo de recrutamento. Isto causou conflitos nas funções dos juizes e do conservador.

ii) COMENTÁRIOS DO TRIBUNAL DA UA

18. Após a apresentação, o Presidente do Subcomité deu a palavra ao Tribunal da UA para comentários e o representante teceu as seguintes considerações:

- a) O Tribunal da UA concorda com as constatações e recomendações do BOEA sobre a Execução Orçamental e as Viagens ao País de Origem.
- b) Sobre o Processo de Recrutamento, o Tribunal da UA explicou que em 2012 havia lançado anúncio para todos os cargos. Infelizmente não houve financiamento e apenas 1 milhão de \$EU foram alocados em 2013 para o recrutamento em 2014. O montante era suficiente apenas para o recrutamento em dez (10) cargos dos quais 7 já foram preenchidos pelos candidatos que submeteram as suas candidaturas em 2012. As outras 3 vagas ainda não foram preenchidas devido ao perfil inadequado dos candidatos.
- c) Em relação à inconsistência nos termos dos contratos, o Tribunal da UA afirmou que, embora o regulamento de pessoal indique que os contratos devem ser de dois anos, isso só pode ocorrer caso o desempenho do funcionário seja satisfatório.
- d) O Tribunal da UA observou, igualmente, que irá preparar um plano de aquisições para o ano de 2015 até Janeiro de 2015 e um relatório das aquisições até 31 de Dezembro de 2015.
- e) Relativamente à gestão de armazéns, explicou-se que os Chefes de Departamentos começaram a assinar as Requisições de Compras (PR) de acordo com a recomendação.
- f) O Tribunal da UA afirmou que os dados sobre os activos fixos foram perdidos durante a actualização do *Software* designado por *Pastel* que, infelizmente,

danificou o sistema. Contudo, existe uma salvaguarda manual de dados (e cópias impressas) em MS Excel que está a ser usada para actualizar os dados embora ainda não tenha sido concluída. Foram recrutados dois funcionários a partir do fundo da CE e um deles tem-se dedicado à actualização do Registo de Activos.

- g) Em relação ao envolvimento dos Juízes nos assuntos administrativos, o Tribunal da UA afirmou que isso é feito nos termos do Número 1 do Artigo 24º do Protocolo, o qual atribui poderes ao Tribunal para nomear um Conservador. Portanto, neste sentido os Juízes também podem realizar funções administrativas.

iii) **DELIBERAÇÕES**

19. Após a apresentação e comentários da direcção, o Presidente do Subcomité deu a palavra aos membros para as deliberações. Durante o debate que se seguiu, os membros apresentaram os seguintes comentários e observações:

- a) Os membros agradeceram ao Conselho de Auditores Externos da UA pela apresentação e o trabalho de auditoria devidamente realizado.
- b) Os membros afirmaram que as propostas de orçamento para o próximo ano devem ser pré-condicionadas à implementação das recomendações da auditoria. Afirmaram, igualmente, que o BOEA devia ter recomendado a aplicação de sanções em relação às violações observadas.
- c) Os membros afirmaram que todas as viagens, quer seja ao país de origem ou para fins oficiais, devem ser justificadas mediante a apresentação de cartões de embarque. Os membros solicitaram à Comissão da União Africana a providenciá-los uma cópia da política de viagens.
- d) Os membros solicitaram esclarecimento se o Tribunal tinha a sua própria política de recrutamento ou se usava a política da Comissão da União Africana. Os membros afirmaram, igualmente, que no seu ponto de vista o valor de 1 milhão de \$EU seria suficiente para realizar todos os recrutamentos.
- e) Os membros solicitaram informação sobre a situação actual relativa à implementação da recomendação, uma vez que as datas propostas para a implementação já haviam expirado para alguns dos itens.
- f) Os membros solicitaram explicação sobre como os dados relativos aos activos fixos podem ser perdidos e um registo parcial foi dado aos auditores.
- g) Os membros questionaram, igualmente, porque os Parceiros haviam desembolsado apenas 992.200 \$EU dos 2.362.315 \$EU previstos e observaram que a UA deve ter fontes de financiamento previsíveis e sustentáveis para executar os seus programas.

iv) RESPOSTAS DO TRIBUNAL DA UA

20. Após as deliberações, o Presidente do Subcomité deu a palavra ao Tribunal da UA para as respostas às preocupações colocadas pelos membros, e o Tribunal da UA respondeu nos seguintes termos:

- a) O Tribunal explicou que a verba de 1 milhão de \$EU inclui o custo para o painel de entrevistas, custos de instalação e os salários para os funcionários, sendo apenas suficiente para o recrutamento de 10 funcionários.
- b) Relativamente aos dados perdidos, o Tribunal explicou que os dados referentes ao ano de 2007 e parte dos dados de 2008 ainda estão no sistema e todos os dados são armazenados em MS Excel, daí que houve apenas uma perda parcial de dados. Os dados disponíveis em Excel serão novamente inseridos no sistema para garantir que estejam actualizados.
- c) O Tribunal da UA observou, igualmente, que aplica a Política de Recrutamento da UA e normalmente convida os funcionários da Comissão da UA para prestar apoio no processo de recrutamento e realização de entrevistas.

v) CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DO SUBCOMITÉ

21. Por um outro lado, o Subcomité manifesta o seu apreço pelo Relatório de Auditoria apresentado pelo Conselho de Auditores Externos da UA. O Subcomité toma nota da Opinião de Auditoria que indica que as Demonstrações Financeiras apresentam, de forma justa e em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Tribunal da UA em 31 de Dezembro de 2013.

22. Por outro lado, o Subcomité apresenta as suas preocupações sobre os pontos fracos levantados pelo Relatório de Auditoria, especialmente os seguintes: (a) Execução Orçamental, (b) Viagens ao País de Origem, (c) Processo de Recrutamento, (d) Activos e Gestão de Armazéns, e (e) Gestão de Aquisições e os membros exprimiram, igualmente, as suas preocupações sobre o conflito de competências nas Funções dos Juízes e do Conservador nos assuntos administrativos.

23. Com base no debate que se seguiu, o Subcomité apresentou as seguintes recomendações ao CRP para análise:

- a) Deve haver uma condição ou um requisito segundo o qual todos os Órgãos da UA devem providenciar uma Matriz sobre o Estado de Implementação das Recomendações do Conselho de Auditores Externos da UA durante a análise dos seus orçamentos.**
- b) Deve-se aplicar de forma adequada sanções às violações e falta de cumprimento das regras, regulamentos e directivas de políticas existentes da UA.**

- c) Lembrar o trabalho em curso sobre as Fontes Alternativas de Financiamento para o orçamento da UA e incentivar os Estados-membros a acelerar consultas sobre a via a seguir, de modo a garantir que a União tenha financiamento sustentável e previsível.
- d) Harmonizar as funções dos Juízes e do Conservador na fiscalização e administração das operações diárias do Tribunal de acordo com as regras.
- e) Solicitar à Comissão da UA a circular aos Estados-membros os Documentos de Política da UA sobre Viagens (incluindo a viagem ao país de origem) e o processo de recrutamento.

B. RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO (PAP) REFERENTE AO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

i) APRESENTAÇÃO FEITA PELO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA

24. O Presidente do Conselho de Auditores agradeceu aos membros e afirmou que a opinião de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do PAP era clara, e observou que as demonstrações são livres de distorções materiais. Neste sentido, o Presidente do Conselho apresentou posteriormente as principais questões contidas no relatório, conforme se descreve abaixo:

Falta de Comunicações Adequadas

25. Os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites pressupõem que comunicações adequadas dos itens relativos às demonstrações financeiras devem ser efectuadas através de notas. Observou-se que não havia comunicações adequadas sobre os saldos nas demonstrações de rendimentos e das despesas. Além disso, houve um rendimento de 1.325.629 \$EU que não foi explicado em nenhuma nota.

Tratamento Impróprio das Despesas de Depreciação

26. A depreciação deve ser tratada como um ajuste do valor contabilístico líquido dos activos em relação às despesas. Contudo, observou-se que havia uma depreciação na ordem de 20.049 \$EU.

Controlo de Activos Fixos

27. Durante a auditoria, descobriu-se que não havia lista de distribuição para os 25 computadores portáteis que foram adquiridos.

Pagamento de seguro para os activos com valor não especificado

28. Observou-se que o PAP ainda estava a pagar o seguro para as viaturas que estavam completamente depreciadas, embora ainda estivessem em uso.

Encargos Bancários

29. O PAP mantém dez (10) contas bancárias e um total de 61.663,08 \$EU foi gasto em encargos bancários em 2013, onde 55.898 \$EU (90.7%) foram incorridos numa conta bancária. Não foi dada nenhuma explicação para essa situação.

Liderança e Direcção Estratégica

30. A demarcação das funções de gestão e administrativas e as responsabilidades do Gabinete e do Escrivão não estava clara. Observou-se que o PAP não tinha um Plano Operacional Anual, Planos da Unidade de Negócios e Planos Individuais de Trabalho. Não havia, igualmente, sistemas de monitorização de desempenho e de revisão para medir o progresso nas metas relativas à implementação.

Gestão de Recursos Humanos – Recrutamento e Formação

31. A equipa de auditoria constatou que havia atraso na implementação do plano de recrutamento. O PAP também não possui uma política de formação, daí ser difícil determinar as necessidades de formação. Tendo em conta que não havia planos individuais de trabalho, era difícil avaliar os relatórios de desempenho.

Falta de submissão de Documentos das Viaturas

32. Observou-se que 9 funcionários foram concedidos empréstimos para a aquisição de viaturas no valor de 130.000 \$EU em 2013, mas os títulos de propriedade não foram submetidos ao Oficial de Finanças, conforme o regulamento.

Prestação de Contas sobre as Viagens ao País de Origem

33. Embora os funcionários que tenham realizado viagens ao país de origem em 2013 tenham sido pagos os valores em numerário, não havia prova disso devido à falta de apresentação dos cartões de embarque para provar que os funcionários haviam realizado as referidas viagens.

Comunicação e Gestão das relações com as Partes Interessadas

34. Embora os auditores tenham sido fornecidos um projecto de estratégia de comunicação em linha com o Plano Estratégico referente ao período 2006-2010, tal não serviu o propósito uma vez que não foi aprovado e centrou-se mais na comunicação externa.

Governança – Função de Auditoria Interna

35. Houve uma contradição entre a Decisão Executiva e o Regulamento Financeiro da UA relativo à função de auditoria interna na União. Notou-se, igualmente, que o cargo de Chefe da Auditoria Interna está ao nível da gestão Intermédia e que isso pode comprometer a independência. Ademais, a unidade de auditoria interna não tem independência financeira, uma vez que o seu orçamento está sob controlo da organização que foi submetida à auditoria.

ii) COMENTÁRIOS DO PAP

36. Após as apresentações, o Presidente do Subcomité deu a palavra ao Representante do PAP para fazer comentários e o representante reagiu nos seguintes termos:

- a) O PAP concordou com a recomendação sobre a falta de comunicações adequadas.
- b) Sobre o tratamento das despesas de depreciação, o representante afirmou que a depreciação cobrada estava relacionada com os activos fixos adquiridos antes do ano de 2013 e havia uma diferença na interpretação do Regulamento Financeiro (FRR) em relação ao tratamento das despesas de depreciação.
- c) Relativamente ao controlo sobre os activos fixos, o PAP afirmou que os computadores portáteis estavam sob a responsabilidade do Oficial de Tecnologia de Informação que estava a configurá-los antes da atribuição.
- d) O pagamento do seguro das viaturas com valor não especificado foi efectuado com base no valor atribuído às viaturas pelas companhias de seguros, para efeitos de cumprimento do requisito do seu uso contínuo. Contudo, o PAP está em processo de adquirir novas viaturas e, portanto, irá substituir as viaturas antigas.
- e) Sobre os encargos bancários, o representante explicou que uma Conta Bancária em Randes tem encargos bancários bastante elevados porque o PAP tem um acordo com o banco para cobrar todas as despesas da Conta em Randes. O representante do PAP afirmou que o órgão está a efectuar consultas ao banco com vista a baixar os encargos bancários.
- f) Relativamente à liderança do PAP, o representante explicou que a direcção do PAP é composta por membros dos parlamentos nacionais dos Estados-membros. Existe uma sobrecarga de responsabilidades do Gabinete e do Escrivão. Contudo, existe um novo Protocolo que está a ser desenvolvido com vista a tornar as funções claras.
- g) Em relação à orientação estratégica do PAP, o representante afirmou que o plano estratégico foi elaborado e que todos os funcionários foram formados. Afirmou, igualmente, que o PAP está actualmente a rever o plano estratégico com vista a identificar as áreas prioritárias para a implementação.

- h) O PAP afirmou, igualmente, que o processo de recrutamento está em curso e que será concluído até finais de 2014.
- i) Sobre a gestão e avaliação de desempenho, explicou que a formação de orientação sobre a gestão de desempenho foi concluída.
- j) Relativamente à não submissão de documentos das viaturas adquiridas com os valores dos empréstimos, todos os funcionários envolvidos já submeteram os seus títulos de propriedade de acordo com as recomendações.
- k) Sobre o bem-estar do pessoal, o PAP afirmou que existe incerteza e trauma no seio do pessoal, uma vez que não tem a certeza sobre a sua manutenção devido ao processo de recrutamento em curso que foi aberto para candidatos internos e externos.

iii) DELIBERAÇÕES

37. Após as apresentações, o Presidente do Subcomité deu a palavra aos membros para dar os seus comentários. No debate que se seguiu, os membros fizeram os seguintes comentários e observações:

- a) Os membros solicitaram esclarecimento sobre quantas das 10 contas bancárias estão activas e se todas as contas são necessárias para a operação do PAP. Além disso, sobre a falta de comunicações adequadas, os membros questionaram porque não foram dadas em relação às contas.
- b) Os membros apresentaram, igualmente, preocupações se as recomendações foram de facto implementadas, dado que o prazo de implementação indicado no comentário da direcção havia expirado e que prova existia em relação à acção que havia sido tomada no concernente às recomendações.
- c) Os membros também solicitaram uma explicação porque os empréstimos para a aquisição de viaturas haviam sido atribuídos para além do limite de 40,000 \$EU.
- d) Os membros solicitaram esclarecimento se as contribuições voluntárias e os fundos dos parceiros são pagos directamente ao PAP ou através da CUA.
- e) Os membros solicitaram esclarecimento sobre a função de supervisão do OIA nas outras funções de auditoria interna dos Órgãos da UA.

iv) RESPOSTAS DO PAP E DA COMISSÃO

38. O Presidente do Subcomité deu a palavra aos representantes do PAP e da Comissão da UA para darem respostas às preocupações apresentadas pelos membros, tendo sido dada a seguinte explicação:

- a) O PAP explicou que todas as dez (10) contas bancárias ainda estavam activas, uma vez que cada parceiro (doador) iria necessitar de abrir e usar uma conta separada e que a Conta Bancária em Randes é a conta da moeda nacional usada para efectuar todos os pagamentos a nível local. Ademais, o PAP concordou em efectuar comunicações adequadas conforme foi recomendado pelos Auditores.
- b) Sobre a atribuição de empréstimos para a aquisição de viaturas para além do limite de 40,000 \$EU, o PAP explicou que a recuperação destes empréstimos foi totalmente concluída.
- c) O PAP afirmou que já iniciou a implementação das recomendações da auditoria, mas que o prazo previsto para algumas mudanças dependia da disponibilidade de recursos para a sua implementação.
- d) O PAP afirmou, igualmente, que actualmente o período mais longo para os contratos do pessoal no PAP é de três (3) meses, pendente do recrutamento do pessoal regular e isso está a afectar o desempenho do pessoal.
- e) O PAP explicou que alguns parceiros (tais como a CE) fazem as suas contribuições à CUA e que posteriormente os fundos são transferidos ao PAP. Onde as negociações tiverem tido lugar directamente com os parceiros, eles remetem os fundos directamente ao PAP. Noutros casos, eles retêm os fundos e efectuam directamente o pagamento de quaisquer bens e serviços.
- f) A Comissão explicou que o novo Regulamento Financeiro da UA (AU FRR) pressupõe que o OIA faça a auditoria de todos os Órgãos da UA, mas faz menção à função de supervisão do OIA em relação às funções de auditoria interna.

v) CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DO SUBCOMITÉ

39. O Subcomité toma nota do Relatório de Auditoria e a Opinião de Auditoria que indicam que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma justa e em todos os aspectos materiais, a posição financeira do PAP em 31 de Dezembro de 2013.

40. O Subcomité apresentou preocupações sobre os pontos fracos levantados no Relatório de Auditoria que incluem os seguintes: (a) grandes preocupações sobre a falta de comunicações adequadas no PAP, (b) gestão de numerário (i.e. contas bancárias e enormes encargos bancários), (c) processo de recrutamento, (d) formação e desenvolvimento, (f) governação das funções de auditoria interna (no PAP em relação à CUA), (g) política de comunicação e (h) Política de Aconselhamento de Pessoal e (i) a falta de documentos sobre os pagamentos das férias no país de origem e empréstimos para a aquisição de viaturas.

41. **O Subcomité decidiu apresentar as seguintes recomendações ao CRP para análise:**

- a) “O Requisito de uma Matriz sobre o Estado de Implementação” e o “Regime de Sanções” (conforme foi descrito acima para todos os Órgãos da UA) serão aplicados em conformidade.
- b) Solicitar ao PAP a implementar plenamente as recomendações do Conselho de Auditores Externos da UA.
- c) O Gabinete de Auditoria Interna (OIA) da CUA deve providenciar uma função de supervisão a todas as funções de auditoria interna dos outros Órgãos da UA.
- d) O orçamento do OIA deve ser discutido pelo Subcomité de Assuntos de Auditoria e recomendá-lo devidamente ao CRP, para garantir recursos financeiros e humanos suficientes com vista a melhorar a independência das funções de auditoria interna.
- e) Apelar ao Órgão da UA que durante a implementação das Decisões do Conselho Executivo que afectam o bem-estar do pessoal, a direcção deve garantir que o aconselhamento de pessoal seja realizado conforme for adequado.
- f) O Subcomité recomenda fortemente que o PAP e todos os outros Órgãos da UA devem fornecer informação adequada das Demonstrações Financeiras.

C. RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (ACHPR) EM BANJUL, REFERENTE AO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

i) APRESENTAÇÃO FEITA PELO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA

42. O Conselho de Auditores indicou que não podia apresentar a sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras do ACHPR, uma vez que as demonstrações ainda não haviam sido assinadas pelo ACHPR de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Entretanto, o BOEA apresentou as questões principais contidas no relatório, nomeadamente:

Execução Orçamental

43. O orçamento geral foi executado de forma prudente, com uma despesa total orçada em 3.202.837,00 \$EU que representa 79% do orçamento total. Contudo, o orçamento para o subsídio de instalação e o subsídio de prestação de serviços na qualidade de interino que tinha dotações de 70.000 \$EU e 20.000 \$EU, respectivamente não foi utilizado na totalidade. Por outro lado, não houve dotação orçamental das contribuições dos Estados-membros para os programas.

Indisponibilidade das Demonstrações Financeiras

44. Quanto ao período de auditoria, as demonstrações financeiras detalhadas não foram preparadas contrariando o Artigo 88º do Regulamento Financeiro. As demonstrações providenciadas para a auditoria carecem de comunicações das notas; não reflectem a aquisição de equipamento de escritório na ordem de 39.422,41 \$EU, e o valor recebido dos doadores na ordem de 137.669,00 \$EU.

Adiantamentos pendentes do pessoal dispensado

45. Dois funcionários dispensados deviam à comissão um valor total de 43.810,60 \$EU.

Plano de Recrutamento Não Cumprido

46. Em Janeiro de 2010, 33 cargos adicionais foram aprovados para o Secretariado do ACPHR, através da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Decision 467 (XIV) em relação aos ajustes da Estrutura de Maputo. Até à altura de realização da auditoria, o recrutamento ainda não havia sido concluído.

Registo de Activos Fixos

47. Os activos adquiridos nos anos de 2011, 2012 e 2013 que atingem os actuais limiares do 500 \$EU para a capitalização não foram inseridos no registo dos activos fixos. Ao mesmo tempo, os activos com valores mais baixos em relação ao limiar foram registados.

Gestão de Aquisições

48. A Comissão não preparou um plano e um relatório de aquisições conforme o preceituado no manual de aquisições.

ii) COMENTÁRIOS DO ACHPR (Comissão de Banjul)

49. Após as apresentações, o Presidente do Subcomité deu a palavra ao ACHPR para comentários e o Secretário reagiu nos seguintes termos:

- a) O orçamento para o subsídio de instalação não foi usado, uma vez que não foi feito nenhum recrutamento durante o período em análise. De igual modo, não houve cargos em que os funcionários prestaram serviços na qualidade de interino durante o período de prestação de relatório, para usar o orçamento destinado ao subsídio de prestação de serviços na qualidade de interino. Ademais, a Comissão não tinha uma dotação dos Estados-membros. Portanto, os programas foram plenamente financiados pelos Parceiros.
- b) Em relação à falta de disponibilidade das Demonstrações Financeiras, a Secretária do ACHPR explicou que a auditoria teve lugar na altura em que o Responsável pelas Finanças estava a participar na 55ª Sessão Ordinária que teve lugar em Luanda, Angola. Contudo, as demonstrações financeiras haviam sido preparadas e assinadas, incorporando os itens em falta no relatório de auditoria.

- c) Sobre os adiantamentos pendentes do pessoal dispensado, o montante foi recuperado da rubrica referente ao pessoal dispensado.
- d) Em relação ao recrutamento não concluído, a Secretária do ACHPR explicou que o Órgão tem uma grave escassez de pessoal e há sobrecarga de trabalho do pessoal existente devido ao atraso no recrutamento. O ACHPR depende da Comissão da UA para o recrutamento e necessita do seu apoio total para acelerar o processo de recrutamento e participar na formação, com vista a implementar as recomendações da auditoria.
- e) Relativamente ao Registo de Activos, a Secretária do ACHPR explicou que estão em curso esforços para actualizar o registo de acordo com as recomendações da auditoria. Contudo, a tarefa é impossível com o nível do pessoal actual nas finanças e administração. Portanto, o ACHPR solicita assistência da CUA para abordar devidamente a questão.
- f) Quanto à Gestão de Aquisições, o ACHPR solicita novamente pessoal adicional e formação em aquisições da CUA para implementar plenamente as recomendações da auditoria.

iii) DELIBERAÇÕES

50. Após as apresentações do BOEA e os comentários da direcção, o Presidente do Subcomité deu a palavra aos membros para as deliberações. Durante o debate que se seguiu, os membros fizeram os seguintes comentários e observações:

- a) Os membros solicitaram esclarecimento do BOEA sobre o parágrafo relativo ao relatório de auditoria sobre a Execução Orçamental. A despesa total de 126.879 \$EU da contribuição dos parceiros na ordem de 158.204 \$EU não foi acrescida ou não estava em consonância com os detalhes das despesas para as actividades de protecção (14.727 \$EU) e as actividades de capacitação (52.152 \$EU).
- b) Os membros apresentaram a preocupação sobre como os auditores não receberam Demonstrações Financeiras assinadas e as demonstrações submetidas não tinham comunicações, por exemplo, não havia notas sobre o valor em numerário recebido dos doadores na ordem de 137.669,00 \$EU.
- c) Os membros solicitaram ainda esclarecimento sobre porquê os prazos não foram indicados para a implementação das recomendações de auditoria.
- d) Os membros solicitaram ainda explicação da CUA sobre o estado de registo, validação e marcação dos activos para fins de cumprimento de IPSAS pela UA.

iv) RESPOSTA DA COMISSÃO DE BANJUL (ACHPR)

51. Depois das deliberações dos membros, o Presidente deu a palavra para as respostas às preocupações levantadas pelos membros. Neste sentido, foram dadas as seguintes explicações:

- a) O BOEA explicou que há uma correcção sobre as despesas apresentadas referentes às actividades de protecção e deve-se ler: 74.727 \$EU ao invés de 14. 727 \$EU e o valor total está em concordância com o número alterado.
- b) A Secretária do ACHPR explicou que as demonstrações financeiras são assinadas e submetidas ao BOEA. Ademais, os itens em falta são incorporados nas demonstrações.
- c) Em relação ao prazo de implementação das recomendações, a Secretária do ACHPR observou que é difícil determinar o prazo na ausência de pessoal adequado e a falta de formação. A Secretária do ACHPR apelou à CUA a prestar apoio rápido a fim de acelerar o processo de recrutamento, actualizar o pessoal existente e providenciar formação.
- d) O Director de Programação, Orçamentação, Finanças e Contabilidade (PBFA) também explicou que houve envolvimento de um consultor e que a contagem física de activos fixos havia sido feita e as fases de valorização dos activos fixos está curso.

v) CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DO SUBCOMITÉ

52. O Subcomité toma nota do Relatório de Auditoria e que a Opinião de Auditoria não foi manifestada pelo BOEA devido à indisponibilidade de demonstrações assinadas na altura de realização da auditoria.

53. O Subcomité tomou nota da Execução Orçamental e apresentou preocupações sobre as áreas fracas levantadas no Relatório de Auditoria, incluindo as seguintes: (a) Indisponibilidade de Demonstrações Financeiras (na altura de realização da auditoria), (b) Adiantamentos pendentes sobre o pessoal dispensado, (c) Processo de Recrutamento, (d) Gestão de Activos, (f) Gestão de Aquisições.

54. O Subcomité apresentou as seguintes recomendações ao CRP para análise:

- a) “O Requisito de uma Matriz sobre o Estado da Implementação” e “Regime de Sanções” (conforme está descrito acima para todos os Órgãos da UA) serão aplicados em conformidade.**
- b) Solicitar à Comissão de Banjul a implementar plenamente as recomendações do Conselho de Auditores Externos da UA.**
- c) Os Órgãos de Decisão devem disponibilizar fundos ao ACHPR para os programas de modo a evitar a dependência excessiva dos fundos dos parceiros.**

- d) **Acelerar o processo de recrutamento da Comissão de Banjul e disponibilizar fundos para o exercício de recrutamento.**
- e) **Necessidade de revisão da Estrutura Financeira e Administrativa da Comissão de Banjul de modo a dotá-la de capacidade necessária.**
- f) **A Comissão da UA deve acelerar o processo de Inventário dos Activos Fixos, incluindo os da Comissão de Banjul.**

D. RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AGÊNCIA DA NEPAD (NPCA) REFERENTE AO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

i) APRESENTAÇÃO FEITA PELO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA

55. O Conselho de Auditores indicou que não podia exprimir a sua opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Agência da NEPAD (NPCA), uma vez que as demonstrações financeiras não foram disponibilizadas durante a auditoria. O BOEA apresentou, posteriormente, as questões principais contidas no relatório de auditoria conforme se descreve abaixo:

Submissão tardia das Demonstrações Financeiras

56. Embora o Regulamento Financeiro pressupõe que as demonstrações financeiras devem ser finalizadas até 31 de Março, a NPCA submeteu o seu projecto de demonstrações financeiras no dia 8 de Maio de 2014. O BOEA não poderia realizar nenhum trabalho de avaliação do projecto de demonstrações financeiras submetidas porque o projecto necessitava de alguns ajustes.

Falta de comunicações adequadas

57. Não houve comunicação adequada nas notas sobre o comércio e outras contas comerciais a receber apresentadas nas demonstrações financeiras.

Controlo inadequado para a regularização dos adiantamentos de viagens

58. Notou-se que 95 funcionários tinham adiantamentos pendentes totalizando 601.958,54 \$EU e havia controlo inadequado para garantir que os adiantamentos de viagens fossem regularizados.

Registo de activos fixos

59. Embora tenha sido mantido um registo detalhado de activos fixos, este continha alguns itens cujo valor era inferior ao limite da capitalização na ordem de 500 \$EU.

Execução Orçamental

60. Embora a taxa de Execução Orçamental geral das operações fosse de 97.5%, algumas rubricas orçamentais tais como gratificação, seguro de pessoal, outros bens e encargos bancários foram excedidos. A taxa de Execução Orçamental geral dos programas era

satisfatória, com a exceção da rubrica do orçamento de desenvolvimento cuja taxa de execução era de apenas 8%.

Liderança e Orientação Estratégica

61. Não havia capacidade dedicada na Unidade de Estratégia e Gestão. Além disso, não havia capacidade adequada na unidade de aquisições, o que resultou na omissão de alguns passos no ciclo de aquisições (desde a avaliação de necessidades até à gestão de contratos).

Gestão de Recursos Humanos (Recrutamento)

62. Há atrasos no recrutamento que podem resultar na indisponibilidade de pessoal competente. Além disso, a função de fiscalização da CUA no processo de recrutamento parece causar atrasos.

Governança da Função da Auditoria Interna

63. A estrutura da NPCA pressupõe que haja dois funcionários de auditoria interna, enquanto o Regulamento Financeiro pressupõe que o Departamento de Auditoria Internada da CUA seja responsável pela auditoria do órgão. A estrutura de governação deve ser esclarecida.

Gestão e Avaliação de Desempenho

64. Embora o sistema de avaliação de desempenho exista, não havia nenhum mecanismo para monitorizar a gestão de tempo em termos de actividades atribuídas.

Comunicação e gestão das relações com as partes interessadas

65. A NPCA possui uma estratégia de comunicação que abrange a comunicação interna e externa. Contudo, a equipa de auditoria não foi capaz de identificar as medidas aplicadas para garantir que todos os trabalhadores compreendessem a estratégia e o que se espera deles.

Melhoria Contínua

66. A NPCA deve garantir que assim que a Unidade de Auditoria Interna tiver sido criada, ela deve realizar as suas tarefas em conformidade com o Instituto de Normas de Auditoria Interna, de modo a garantir uma cobertura abrangente.

Desempenho Organizacional

67. Os documentos de planificação tais como o Plano de Actividades referente ao ano de 2013 não apresentavam os resultados preconizados. A relação entre os resultados e os recursos despendidos não foi identificada. Além disso, o relatório consolidado sobre a revisão do programa para o período de 2010-2013 mostra as realizações previstas e os indicadores de desempenho mas não as reais realizações.

ii) COMENTÁRIOS DA AGÊNCIA DA NEPAD (NPCA)

68. Após as apresentações, o Presidente do Subcomité deu a palavra ao NPCA para comentários e o representante reagiu nos seguintes termos:

- a) O representante da NPCA explicou as causas da submissão tardia das Demonstrações Financeiras, a falta de comunicação adequada e as inconsistências no registo dos activos fixos como sendo uma lacuna devido à falta de pessoal suficiente. Ele afirmou que as recomendações da auditoria são aceites e que há necessidade de efectuar ajustes e comunicações para os utentes das contas.
- b) Sobre as despesas excessivas nalgumas rubricas orçamentais, o representante da NPCA afirmou que o orçamento aprovado era inferior ao orçamento proposto. Portanto, algumas rubricas orçamentais foram novamente priorizadas para providenciar fundos suficientes para os custos prioritários tais como os custos de pessoal.
- c) Em relação ao controlo inadequado da regularização dos adiantamentos de viagens, o representante da NPCA afirmou que o oficial responsável pela regularização dos adiantamentos de viagens demitiu-se no ano de 2013. Isto resultou no atraso na regularização das contas, uma vez que o cargo estava vago e devido à falta de seguimento junto dos funcionários e a actualização do sistema. O atraso na regularização prevaleceu e reduziu significativamente o saldo pendente.
- d) Sobre a Liderança e Orientação Estratégica, o representante explicou que o Plano Estratégico e a função de Gestão de Conhecimentos funcionam com uma capacidade mínima de um profissional. Já havia sido tomada uma iniciativa para preparar planos detalhados de aquisições para a NPCA, com efeitos em 2014.
- e) Relativamente às questões sobre a Gestão de Recursos Humanos, o representante da NPCA afirmou que far-se-á arranjos necessários para implementar as recomendações da auditoria.
- f) Quanto à Gestão e Avaliação de Desempenho, o representante observou que a gestão da NPCA irá criar um sistema de registo de tempo como parte do sistema de gestão de informação para verificar os recursos usados a nível das actividades.
- g) O representante da NPCA explicou, igualmente, que a direcção concordou com as recomendações sobre as comunicações, auditoria interna e desempenho organizacional e de tomar medidas para a sua melhoria.

iii) DELIBERAÇÕES

69. Depois das apresentações do BOEA e comentários da Agência da NEPAD, o Presidente do Subcomité deu a palavra aos membros para fazerem comentários. Durante o debate que se seguiu, os membros apresentaram os seguintes comentários e observações:

- a) Os membros observaram que a demora na submissão das demonstrações financeiras e a falta de comunicação sobre as demonstrações constitui a maior fraqueza e deve ser sujeita a sanções adequadas.
- b) Os membros apresentaram preocupações sobre o controlo inadequado dos adiantamentos para viagens e adiantamentos pendentes significativos na ordem de 601.958,54 \$EU. Os membros questionaram, igualmente, se o mesmo controlo na CUA é aplicado na NPCA em relação à gestão de adiantamentos de viagens e como isso aconteceu.
- c) Os membros apresentaram preocupações sobre o atraso no recrutamento e como garantir que a NPCA opere de acordo com a sua capacidade.
- d) Os membros observaram que o registo dos activos fixos deve estar em conformidade com o requisito de IPSAS.
- e) Os membros apresentaram, igualmente, preocupações se as recomendações foram, de facto, implementadas tendo em conta que o prazo de implementação indicado no comentário da direcção não foi cumprido e que provas havia sobre as medidas tomadas em relação às recomendações.

iv) RESPOSTA DA AGÊNCIA DA NEPAD (NPCA)

70. Depois das deliberações, o Presidente do Subcomité deu a palavra ao NPCA para respostas às preocupações levantadas pelos membros, tendo sido dadas as seguintes explicações:

- a) O representante da NPCA explicou que aplica-se os mesmos requisitos de controlo da CUA e que os adiantamentos devem ser regularizados dentro de 7 dias após o regresso de uma missão. Ademais, não se atribui um segundo adiantamento sem a regularização do primeiro e a sua confirmação. Contudo, a causa principal dos adiantamentos significativos e pendentes de viagens foi atribuída principalmente à falta de pessoal para verificar e regularizar os documentos submetidos pelos funcionários.
- b) O representante da NPCA afirmou, igualmente, que a Direcção da NPCA irá implementar as recomendações da auditoria e colocá-las na matriz sugerida.

v) CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DO SUBCOMITÉ

71. O Subcomité toma nota do Relatório de Auditoria e que a Opinião de Auditoria não foi dada pelos Auditores Externos, uma vez que as Demonstrações Financeiras ainda não haviam sido assinadas na altura de realização da auditoria.

72. O Subcomité exprimiu preocupações sobre os pontos fracos levantados no Relatório de Auditoria, incluindo os seguintes: (a) Falta de comunicações sobre as Contas a Receber e as Contas Acumuladas, (b) Controlo Inadequado dos Adiantamentos de Viagens, (c) Processo de recrutamento, (d) Gestão de Activos e (e) Questões de Governação.

73. O Subcomité apresentou as seguintes recomendações ao CRP para análise:

- a) “O Requisito de uma Matriz sobre o Estado de Implementação” e “Regime de Sanções” (conforme o preceituado acima para todos os Órgãos da UA) serão aplicados em conformidade.
- b) Solicitar à Agência da NEPAD a implementar plenamente as recomendações do Conselho de Auditores Externos da UA.
- c) Solicitar à Agência da NEPAD a alinhar os seus sistemas de controlo interno com os da União Africana.

E. RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONSELHO CONSULTIVO DA UA SOBRE A CORRUPÇÃO (AU-ABC) REFERENTE AO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

i) APRESENTAÇÃO FEITA PELO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA

74. O Conselho de Auditores fez uma apresentação do AU-ABC, levantando as questões principais contidas no relatório, nomeadamente:

Despesas relativas ao 10º Aniversário, na ordem de 313.524,84 \$EU:

75. Observou-se que um valor total de 313.524,84 \$EU foi gasto na celebração do 10º Aniversário do Conselho sem orçamento aprovado. Ademais, o Conselho de Auditores observou que entre as despesas constava *Mega Mark Limited* para a produção de meios de comunicação e um concerto de 150.000 \$EU sem nenhum concurso público.

Compra de Activos (Gestão de Aquisições)

76. Observou-se que o mobiliário e equipamento de escritório orçado em 128.300,00 \$EU foram adquiridos sem seguir as regras de aquisição da UA. Além disso, a compra de passagens aéreas foi feita de um fornecedor sem provas de que este agente de viagens foi seleccionado através de um concurso público.

Adiantamentos de Viagens não regularizadas pelo Secretário Executivo

77. Observou-se que durante o período, o Secretário Executivo Interino não regularizou um montante total de 10.935,00 \$EU que lhe foi atribuído como adiantamentos de viagens para diferentes missões.

Abuso da Classe Executiva pelo Secretário Executivo

78. Notou-se que o Secretário Executivo Interino usou a classe executiva em várias ocasiões em viagens com a duração inferior a oito horas (variando de 1:30 horas a 6:50 horas).

Pedidos injustificados da Taxa de Hotel ao invés da Taxa da Cidade

79. Notou-se que nalgumas ocasiões, o Secretário Executivo Interino apresentou taxas de hotel ao invés de DSA para cidades e não apresentou recibos do hotel conforme pressupõe o Regulamento da UA.

Aumento não autorizado da Subvenção da AU-ABC

80. O Secretário Executivo Interino continuou a receber os seus salários da Sede da UA, de Abril a Dezembro de 2013, enquanto, ao mesmo tempo, recebia o seu salário no local de trabalho em Arusha. Não usou directa e pessoalmente o salário duplo mas foi pago o montante que ele obteve da Sede para a conta da AUABC em Arusha, o que aumentou implicitamente a subvenção da AU-ABC em 90.261,00 \$EU. Notou-se, igualmente, a partir da validação da Demonstração Financeira que o Oficial de Finanças não comunicou isso como um rendimento adicional na demonstração financeira.

Pedido Ilegal do Subsídio de Alojamento

81. Observou-se que o Secretário Executivo Interino foi pago subsídio de alojamento de Abril a Dezembro de 2013 no valor de 1.766,40 \$EU por mês, o que representa 15.899,60 \$EU, enquanto foi atribuído acomodação oficial em Arusha.

Valores a Receber dos Fundos dos Parceiros: 83.700 \$EU

82. Observou-se que os Parceiros providenciaram ao Conselho um montante no valor de 759.300,00 \$EU durante o ano para os seus Programas e Projectos. O Conselho gastou 843.000,00 \$EU, o que causou gastos excessivos de fundos recebidos do Parceiro em 83.700,00 \$EU sem a aprovação dos Parceiros. Este montante tem sido tratado pela AUABC como Valores a Receber dos Parceiros, mas não é possível recuperá-lo dos parceiros se não tiver sido aprovado.

ii) DELIBERAÇÕES

83. O Subcomité tomou nota do Relatório de Auditoria. Contudo, o Subcomité observou que:

- a) Não havia representantes do AU-ABC para responder às preocupações contidas no relatório de auditoria. O órgão envida todos os esforços possíveis para não estar disponível para responder às preocupações levantadas pelos Membros no relatório de auditoria. Os membros lamentaram, igualmente, que o relatório seja lhes disponibilizado tardiamente.
- b) Contudo, o Director de PBFA informou à reunião que trata-se de uma auditoria forense (financiada pelo Parceiro) que foi realizada após a decisão de Malabo em 2014, cujo resultado será também considerado juntamente com o Relatório da Comissão em relação ao assunto.

iii) CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DO SUBCOMITÉ

84. Com base na discussão, o Subcomité decidiu o seguinte:

- a) Tomou nota do relatório do UA-ABC e adiou a sua análise, pendente dos resultados da Auditoria Forense, bem como o Relatório da Comissão sobre o assunto.**

F. RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMISSÃO DA UA REFERENTE AO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

i) APRESENTAÇÃO FEITA PELO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA

85. O Presidente do Conselho de Auditores indicou que a opinião de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras da CUA estava claro, observando que as demonstrações estão livres de distorções materiais. Posteriormente, o Presidente do Conselho apresentou as questões principais contidas no relatório de auditoria, nos seguintes termos:

Implementação das Anteriores Recomendações de Auditoria

86. O Conselho de Auditores fez um seguimento da Matriz de Implementação das Recomendações da Auditoria Externa referentes ao ano de 2012. Em termos gerais, a implementação das recomendações de auditoria foi satisfatória conforme foi provado pelas medidas tomadas e o trabalho em curso realizado pela Comissão da UA.

Processo de Aprovação do Orçamento

87. Notou-se que o Relatório do CRP com a referência PRC/Draft/Rpt.1 (16-2013) relativo às reuniões de Novembro de 2013 que o CRP adoptou Orçamentos Suplementares e de Transferências conforme foi proposto pelo Comité Consultivo de assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros. Contudo, o relatório não fez referência ao montante aprovado para o orçamento suplementar e como o orçamento seria financiado. A falta de informação sobre a decisão orçamental pode enganar os utentes do orçamento.

Execução Orçamental Geral

88. A Execução Orçamental Geral para o ano de 2013 não foi satisfatória uma vez que era de 59%. Observou-se um desempenho orçamental satisfatório de 85% sobre o orçamento operacional. A Execução Orçamental nos programas foi geralmente baixo, em 40%.

Submissão Tardia das Demonstrações Financeiras

89. A Comissão não observou o prazo regulamentar para submeter a demonstração financeira consolidada ao BOEA até 31 de Março de 2013, as demonstrações foram disponibilizadas ao Conselho em 21 de Maio de 2014.

Activos Registados Incorrectamente

90. As despesas na ordem de 319.276,67 \$EU relacionadas com as actividades concluídas do novo edifício da UA foram erradamente classificadas como activos em construção.

Aquisição de iPads

91. A Comissão adquiriu 33 iPads no valor de 25.230 \$EU, mas não foi apresentada nenhuma prova de distribuição aos funcionários.

Reconciliações Bancárias

92. Algumas transferências entre contas bancárias aprovadas e registadas em 31 de Dezembro de 2013 em várias contas bancárias ainda estavam pendentes em Maio de 2014.

Gestão Inadequada de Fundos em Numerário

93. Notou-se que algumas contas bancárias não ganharam juros desde o ano de 2008. Os saldos destas contas são os mesmos em 2013.

Adiantamentos de Fundos para Viagens e fundos para adiantamentos

94. A verba pendente para os adiantamentos de fundos para viagens aumentou de 1,38 milhão de \$EU em 2012 para 2,94 milhões de \$EU em 2013.

Adiantamentos aos Fornecedores, Pessoal e Outros

95. Estes pagamentos adiantados foram feitos aos fornecedores de bens e serviços e a Comissão não tinha recebido os bens e serviços até ao fim do período de prestação do relatório. Os adiantamentos totais pendentes aos fornecedores são orçados em 7.449 milhões de \$EU em 31 de Dezembro de 2013 e o saldo havia aumentado em 2.104 milhões de \$EU, em comparação com a cifra anterior de 5.345 milhões de \$EU.

Atrasos na Contribuição

96. As contribuições dos Estados-membros ainda estavam atrasadas. Os Estados-membros não eram incentivados regularmente a pagar as suas contribuições.

Fundo de Maneio

97. Nos termos do Artigo 21º do Regulamento Financeiro, o Conselho Executivo definiu um tecto de 5 milhões de \$EU para levantamento de valores na Conta do Fundo de Maneio (EX. CL/417 (XIII)). Observou-se que um tecto de 5 milhões de \$EU não era suficiente para cobrir as despesas operacionais de um mês. Em Janeiro, Fevereiro e Março de 2013, a CUA gastou 4.435.654,41 \$EU, 4.641.464,38 \$EU e 6.412.837,34 \$EU respectivamente, e o valor total das despesas operacionais para o ano de 2013 era de 93.246.000 \$EU. Em média, as despesas mensais eram de 7.770.500 \$EU que estavam acima do tecto de 5 milhões de \$EU.

Reconhecimento das Reservas de Capital

98. O Artigo 29º do Regulamento Financeiro estipula que as reservas de capital devem ser definidas para fins de contabilidade da valorização dos activos fixos da União. O valor dos activos fixos, conforme a reavaliação do valor contabilístico dos activos apresentados no Balanço Financeiro da União deve ser creditado à Conta das Reservas de Capital. Foi definido que a CUA nunca reavaliou os seus activos uma vez que as Reservas de Capital não constituem excedentes criados pela reavaliação dos activos. As Reservas de Capital na

ordem de 49.344.000,00 \$EU foram reconhecidas nas demonstrações financeiras ao invés de serem reconhecidas no montante como um capital.

Planificação Operacional Anual

99. O plano operacional anual é também uma ferramenta importante para estabelecer a ligação entre as actividades e o orçamento. A CUA não possui um plano operacional anual para a implementação do plano estratégico e para a definição de prioridades das actividades anuais mas as prioridades contidas no Documento – Quadro sobre o Orçamento.

Processo de Recrutamento – Candidatos Entrevistados cujas quotas estavam esgotadas

100. Alguns candidatos foram pré-seleccionados e entrevistados para vários cargos durante o período em análise, enquanto as quotas alocadas aos seus respectivos países já estavam esgotadas. A Divisão de Recursos Humanos (HRD) facilitou as entrevistas dos candidatos que concorreram para as vagas mas não podiam ser considerados uma vez que as quotas dos seus estavam esgotadas.

Funcionários acima da Idade de Reforma

101. Contrariamente aos requisitos do Regulamento Financeiro, observou-se que a partir da nossa amostra mais de 50% dos funcionários acima da idade de reforma tinham os seus contratos renovados por mais de 22 meses.

Falta de submissão de Título de Propriedade Original das Viaturas

102. Nos termos dos Estatutos, os funcionários de todas as categorias podem ser concedidos empréstimos sem juros para a aquisição de meios de transporte e os funcionários que receberam empréstimos devem submeter ao Oficial Financeiro e Administrativo o título de propriedade original imediatamente após a aquisição da viatura. O título de propriedade irá permanecer sob custódia do Oficial Financeiro e Administrativo até que o montante do empréstimo seja totalmente pago mas isto não foi feito.

Subsídio de Educação

103. De acordo com o novo Estatuto do pessoal da UA, o subsídio de educação não é pago aos funcionários num projecto, com contratos de curta duração ou aos consultores. Contudo, onde o contrato dos funcionários for de um ano ou mais e se o funcionário tiver prestado continuamente serviços na União por mais de 4 anos, os seus filhos são elegíveis a receber cinquenta por cento (50%) do subsídio de educação aprovado e pago ao pessoal regular ou ao pessoal regular contínuo. Pareceu que as disposições das regras não foram cumpridas uma vez que o BOEA observou que o pessoal com contratos de curta duração não estava a beneficiar do subsídio de educação, embora alguns deles tiveram direito ao subsídio.

Governança – Funções de Auditoria Interna da União

104. O Director de Auditoria Interna da CUA é responsável pelas funções de auditoria interna da União. Contudo, o Conselho Executivo tomou decisões para instituir outras funções de auditoria interna noutros Órgãos da UA. As decisões não estipulam a relação (em termos de supervisão e prestação de relatórios) do Director de Auditoria Interna e os Chefes de Auditoria Interna nos Órgãos da UA.

Gestão de Aquisições – Adjudicação de Contratos

105. A Comissão alugou um Sistema de Som e Luz na Empresa Sul-africana Motale Group, ao custo de 296.443,74 \$EU para a celebração do 50º Aniversário sem seguir os procedimentos de concursos. Isto é contrário às regras de aquisição da UA.

Política da UA sobre Viagens Oficiais

106. Em Julho de 2013, o Conselho Executivo (DOC. Ex/CL/34 (111) decidiu que os funcionários que viajarem na classe económica durante mais de oito (8) horas sem intervalo durante a sua viagem devem ser colocados na classe seguinte, isto é, a classe executiva. Não foi tomada nenhuma decisão sobre as pessoas que não sejam funcionárias e que viajarem na classe económica durante mais de oito (8) horas sem intervalo durante a sua viagem. Como resultado disso, foram observadas algumas inconsistências no tratamento das pessoas que não são funcionárias e que estiverem a prestar serviços à União Africana. Algumas pessoas viajaram na classe económica independentemente da distância ou horas de voo, enquanto as outras viajaram na classe executiva.

ii) COMENTÁRIOS DA COMISSÃO DA UA

107. Depois das apresentações, o Presidente do Subcomité deu a palavra à CUA para comentários e a Comissão respondeu nos seguintes termos:

- a) O Director de PBFA explicou que o relatório do CRP referente às suas reuniões realizadas nos dias 4 e 7 de Novembro de 2013 (PRC/Draft/Rpt.1(16-2013) adoptou Orçamentos Suplementares e Fundos para Adiantamentos, conforme foi recomendado pelo Subcomité Consultivo de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros. A Comissão da UA considera a posição dos Auditores como estando fora da norma profissional ao apresentar dúvida sobre a integridade do Relatório do Comité Consultivo de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros.
- b) Relativamente aos Atrasos das Contribuições, normalmente a Comissão envia lembretes trimestrais aos Estados-membros e o Subcomité do CRP para Contribuições reúne-se duas vezes para rever o ponto de situação dos pagamentos. O problema com o pagamento é, principalmente, devido ao fraco regime de sanções.
- c) Sobre os Activos Reconhecidos Incorrectamente, explicou-se que de acordo com o IPSAS 17, um item de Património, Planta e Equipamento (PPE) é reconhecido se cumprir com alguns critérios: por ex. o custo ou o valor justo do activo pode ser medido de forma fiável. Contudo, o governo Chinês ainda não apresentou o custo exacto das obras de construção e do mobiliário, instalações e mobiliário. Entretanto, a CUA envolveu os serviços de uma empresa para determinar o valor justo.

- d) Em relação aos iPads, dos 33 iPads adquiridos, 24 foram atribuídos para vários fins da Comissão e 9 foram colocados nos armazéns durante este período.
- e) A CUA aceitou as recomendações sobre as transacções pendentes nas demonstrações das reconciliações bancárias. No entanto, não foi capaz de colocar estes fundos em investimento de curto prazo, uma vez que todos estes fundos eram destinados para serem usados imediatamente no âmbito dos acordos específicos com os Parceiros, daí o investimento em alguma forma que iria violar os termos.
- f) Relativamente aos adiantamentos para viagens e fundos para adiantamentos, do valor total referido, 800,000 \$EU foram adiantados para grupos de mulheres em África e ainda não foram contabilizados. Mais de 1.2 Milhões de \$EU adiantados aos Oficiais de Finanças para várias actividades da União foram contabilizados e regularizados nesta conta. Os adiantamentos aos fornecedores já foram corrigidos com base nas recomendações.
- g) Sobre o tecto do fundo de maneio, o Regulamento Financeiro Revisto (FRR) e adoptado pela Conferência em Janeiro de 2014, três meses antes do início desta auditoria resolveu o problema.
- h) Em relação ao reconhecimento do fundo de reservas de capital, tratamento semelhante foi usado nos anos anteriores como parte do Sistema Modificado de Contabilidade de Exercício e não será aplicável em 2014 sob o IPSAS.
- i) Quanto à comunicação do fundo geral, 35.389.000 \$EU representam as Reservas da União que constituem um excedente acumulado do rendimento sobre as despesas.
- j) Sobre o subsídio de educação para os funcionários com contratos de curta duração, o novo Estatuto e Regulamento do Pessoal foi aprovado sob a condição de implicação financeira. Contudo, os fundos ainda não foram disponibilizados para a implementação destas regras.

iii) DELIBERAÇÕES

108. Depois das apresentações do BOEA e comentários da CUA, o Presidente do Subcomité deu a palavra aos membros para comentários. Durante o debate que se seguiu, os membros fizeram os seguintes comentários e observações:

- a) Os membros notaram que existem algumas divergências entre os pontos de vista do BOEA e do PBFA. Deste modo, deve haver consulta entre eles com vista a abordar as áreas de diferenças.
- b) Os membros levantaram sérias preocupações sobre a falta de um plano operacional derivado do plano estratégico. Dado o tempo decorrido, fortes recomendações devem ser abordadas à CUA para implementar a

recomendação sem mais demora. Sugeriu-se o envolvimento de um consultor para acelerar o processo.

- c) Os membros observaram, igualmente, que existem várias constatações recorrentes e sanção adequada deve ser aplicada para os casos de incumprimento, para que não haja constatações repetidas.
- d) Os membros procuraram, igualmente, obter informação porque o orçamento suplementar é solicitado enquanto há fraca execução orçamental.
- e) Os membros colocaram a pergunta sobre como a cifra relativa à perda da taxa de câmbio aumentou e o título 'Perda Cambial' na Demonstração do Desempenho Financeiro deve ser alterado para 'Diferença Cambial', uma vez que a cifra de 2013 é um ganho e uma perda comparativa da cifra.
- f) Os membros colocaram ainda preocupações sobre porquê a entrevista é realizada se a quota do país está esgotada.
- g) Os membros estavam preocupados com o prazo para a conclusão dos vários estudos pendentes, incluindo a Revisão Salarial, a Estrutura da Organização, a Gestão de Activos e as questões relativas às Aquisições.

iv) RESPOSTA DA COMISSÃO DA UA

109. Após as deliberações, o Presidente do Subcomité deu a palavra à CUA e ao BOEA para darem respostas/esclarecimentos às preocupações levantadas pelos membros, tendo dado as seguintes explicações:

- a) O BOEA esclareceu que a equipa de auditoria já havia regressado aos seus respectivos países depois da auditoria e que não podia responder às questões de divergências, embora a maior parte delas esteja correcta.
- b) Sobre o orçamento suplementar, explicou-se que o orçamento suplementar contém itens que resultam das decisões dos Órgãos de Decisão depois da aprovação do orçamento.
- c) Em relação às perdas com taxas de câmbios, a razão principal era a taxa preferencial paga ao pessoal dos Escritórios de Genebra e Bruxelas e é, de facto, uma despesa salarial. Os dois escritórios despendem 3.5 a 4 milhões de \$EU por ano para a taxa preferencial e ainda não foi tomada nenhuma decisão para corrigir as anomalias.
- d) Relativamente às entrevistas dos candidatos cujos países esgotaram as quotas, explicou-se que a Comissão está a tomar medidas para não pré-seleccionar candidatos cuja quota está esgotada, de acordo com a recomendação da auditoria.

- e) Os estudos sobre a estrutura e a tabela salarial foram recebidos pela Comissão e não estão suficientemente detalhados. Deste modo, há necessidade de realizar trabalho adicional por parte dos Consultores. Logo que o trabalho adicional tiver sido concluído, serão submetidos aos Órgãos de Decisão para análise.

v) CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DO SUBCOMITÉ

110. O Subcomité toma nota do Relatório de Auditoria bem como a Opinião de Auditoria que indica que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma justa e em todos os aspectos materiais, a posição financeira da CUA em 31 de Dezembro de 2013.

111. O Subcomité apresentou preocupações sobre as principais áreas levantadas no Relatório de Auditoria, incluindo as seguintes:

- a) Orçamento da UA – aprovação
- b) Execução Orçamental da CUA – taxa baixa
- c) Gestão de Activos Fixos
- d) Contas a Receber – Adiantamentos para Viagens e Fundos para Adiantamentos
- e) Pagamentos Adiantados aos Fornecedores, Funcionários e Outros
- f) Questões relativas ao recrutamento – especialmente o cumprimento do sistema de quotas
- g) Gestão de Aquisições
- h) Desenvolvimento de planos operacionais anuais
- i) Direcção estratégica e melhoria contínua
- j) Governação – Funções de Auditoria Interna da União

112. Com base no debate que se seguiu, o Subcomité decidiu apresentar as seguintes recomendações ao CRP para análise:

- a) “O Requisito de uma Matriz sobre o Estado de Implementação” e o “Regime de Sanções” (conforme o preceituado acima para todos os Órgãos da UA) serão aplicados em conformidade.
- b) Solicitar à Comissão da UA a implementar plenamente as recomendações do Conselho de Auditores Externos da UA.
- c) Solicitar à Comissão da UA a acelerar o desenvolvimento dos Planos Operacionais Anuais com base no Plano Estratégico a UA.
- d) O Gabinete de Auditoria Interna da CUA deve harmonizar e coordenar todas as funções de auditoria interna da União Africana, conforme o preceituado no Regulamento de Auditoria Interna e no Regulamento Financeiro.

- e) **A Comissão da UA, todos os órgãos e o Conselho de Auditores Externos da UA (BOEA) a efectuar consultas com vista a abordar as divergências observadas nos relatórios de auditoria (i.e. Cartas à Direcção)**
- f) **A Comissão da UA a acelerar as conclusões dos vários estudos pendentes, incluindo a Revisão Salarial, a Estrutura da Organização, a Gestão de Activos e a Gestão de Aquisições.**
- g) **A Comissão da UA não deve seleccionar e entrevistar candidatos cujo país ter completado as suas quotas. Ademais, deve-se solicitar à CUA a disponibilizar aos Estados-membros informação actualizada sobre a situação de quotas dos países.**

VIII. DIVERSOS

113. Os membros solicitaram informação sobre o estado do relatório de ECOSOCC e as suas questões relacionadas. Notou-se que o relatório de ECOSOCC ainda era um trabalho em curso. Neste sentido, os membros do Subcomité esperam receber informação sobre o assunto num nível adequado e na devida altura.

114. O Sr. Thomas Asare, Director de PBFA informou à reunião que iria abandonar a Organização (CUA) para integrar o sistema das Nações Unidas depois da Cimeira de Janeiro de 2015. Os membros manifestam o seu apreço à sua contribuição durante o seu mandato na CUA e desejaram-no sucessos nos seus novos desafios.

115. Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 20:00 horas do dia 28 de Novembro de 2014.

**RELATÓRIO DO WORKSHOP DE FORMAÇÃO DO SUBCOMITÉ DO CRP
PARA QUESTÕES DE AUDITORIA**

IA13827
AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : +251 11-551 7700 Fax : +251 11-551 7844
website : www.africa-union.org

Audit S/Cttee/Rpt
Original: Inglês

RELATÓRIO DO WORKSHOP DE FORMAÇÃO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA QUESTÕES DE AUDITORIA

02 de Dezembro de 2014
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

I. INTRODUÇÃO

1. O workshop de formação do Subcomité do CRP para Questões de Auditoria foi realizado a 2 de Dezembro de 2014, na Sala de Reuniões 1, no Antigo Centro de Conferências, em Adis Abeba, Etiópia.

2. O workshop foi organizado pelo Gabinete de Auditoria Interna (GAI) e facilitado pelo Prof. Edward Dua Agyeman, antigo Auditor-geral do Gana.

II. PARTICIPAÇÃO

3. O workshop de formação foi presidido por S.Ex.^a M. Sajo Jallow, Embaixador da República do Gâmbia e Primeiro Vice-presidente do Subcomité para Questões de Auditoria, e contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros:

1. Chade
2. Congo
3. Etiópia
4. Gâmbia
5. Gana
6. Lesotho
7. Mauritânia
8. Namíbia
9. Seychelles
10. África do Sul
11. Tanzânia
12. Togo
13. Tunísia

III. DISCURSO DE ABERTURA

4. O Presidente deu as boas-vindas ao Prof. Edward Dua Agyeman, antigo Auditor-geral do Gana, bem como aos membros do Subcomité para Questões de Auditoria. Expressou também o seu apreço ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI) pela organização do workshop, uma vez que visa melhorar e reforçar a função de controlo interno, risco e de gestão da União.

5. Em seguida, o Presidente convidou o facilitador, Prof. Edward Dua Agyeman, para fazer as suas apresentações.

IV. TÓPICOS ABORDADOS NO WORKSHOP DE FORMAÇÃO

6. O facilitador, Prof. Edward Dua Agyeman, fez três apresentações que abarcam os tópicos abaixo:

- a. **Funções e Responsabilidades do GAI:**
 - Auditoria Interna e Código de Ética
 - Actividades de Auditoria Interna

- Mandato do GAI
- Qualificações tanto dos Auditores Internos como dos Auditores Externos
- Relação entre os Auditores Internos e os Auditores Externos
- Função do Auditor Interno como Consultor
- Função do Auditor Interno como Avaliador de Riscos
- Função do Auditor Interno como Verificador da Conformidade

b. Funções do Comité de Auditoria em matéria de Gestão:

- Definição de Comité de Auditoria
- Métodos de trabalho do Comité de Auditoria
- O Regulamento Interno do Comité de Auditoria (Termos de Referência do Comité de Auditoria)
- Funções de um Comité de Auditoria
- Os benefícios de um Comité de Auditoria.

c. Relação e comunicação entre o Comité de Auditoria, Auditores Internos, Auditores Externos e a Direcção:

- Quatro Principais Actores no Processo de Gestão (o Conselho, o Comité de Auditoria, os Auditores e a Direcção)
- A função do Conselho e do Comité de Auditoria em matéria de Gestão
- A relação com a Auditoria Interna no processo de gestão
- A relação com a Auditoria Externa no processo de gestão
- Reuniões regulares e planos de trabalho do Comité de Auditoria
- Conflitos entre a Direcção, os Auditores e o Presidente do Comité de Auditoria

V. DEBATE E ESCLARECIMENTOS

1. Comentários/Questões levantadas pelos Membros

7. Na sequência da apresentação, o Presidente passou a palavra aos membros do Subcomité para fins de comentários/perguntas. Foram levantadas as seguintes questões:

- h) Quais são as causas de conflito entre os auditores internos e os auditores externos;
- i) Quais são as principais diferenças entre um auditor interno e um auditor externo e como é que o seu trabalho difere;
- j) O que o facilitador aconselha com vista a lidar com as situações de violação recorrente do regulamento interno pelos departamentos/escritórios;
- k) Em que casos o comité de auditoria pode reunir-se em privado com os auditores externos;

- l) Como é que a independência dos auditores externos pode ser comprometida;
- m) Qual o motivo da existência de riscos entre os auditores internos e a direcção;
- n) Existe alguma coisa que o Subcomité não está a fazer para que a União Africana obtenha os mesmos resultados de auditoria todos os anos, e como é que este problema pode ser ultrapassado;
- o) Porquê motivo a nomeação do Director e/ou Director-adjunto de Auditoria não é feita pelo Subcomité para Questões de Auditoria, em conformidade com as normas internacionais;
- p) Porquê motivo os auditores externos têm de pertencer aos órgãos profissionais.

2. Esclarecimento do Facilitador

8. O Presidente passou a palavra ao Facilitador para fins de esclarecimento. O Facilitador esclareceu as questões suscitadas como se segue:

- a) Os conflitos entre os auditores internos e os auditores externos são causados pela forma como trabalham, bem como pela forma como podem interpretar e aplicar o regulamento interno. Além disso, os auditores externos dependem do trabalho dos auditores internos.
- b) Os auditores internos são funcionários da organização e respondem à Direcção, e estão em posição de apresentar os pontos fracos existentes no sistema de controlo interno. Os auditores externos são independentes e respondem ao conselho (órgãos decisores/órgãos de direcção) e avaliam a eficácia dos sistemas de controlo interno, bem como emitem pareceres sobre as demonstrações financeiras.
- c) O comité de auditoria pode se reunir em privado com os auditores externos para abordar questões-chave que o comité julgar que as mesmas devem ser discutidas na ausência da Direcção.
- d) Os auditores externos têm que pertencer aos órgãos profissionais para que possam trabalhar de forma profissional e comunicar aos referidos órgãos qualquer problema que possa surgir em relação à forma como os auditores trabalham. O comité de auditoria deve também avaliar o trabalho dos auditores externos.
- e) Os auditores internos podem deparar-se com algumas situações de risco perante a Direcção, uma vez que são funcionários da organização e alguns pontos fracos identificados durante a auditoria podem ter sido causados pela Direcção, e a sua comunicação pode constituir um risco para os mesmos.

- f) Os resultados/problemas recorrentes que constam nos relatórios de auditoria podem ser minimizados através da aplicação de sanções previstas no regulamento interno da organização.

3. Esclarecimento do Director do GAI

9. O presidente também deu a palavra ao Director de Auditoria Interna para esclarecimentos. A este respeito, o Director explicou que o Director e Director-adjunto de Auditoria Interna são recrutados como funcionários da Comissão, em conformidade com o Regulamento Interno da UA.

VI. CONCLUSÕES DO WORKSHOP

10. Com base na formação proporcionada, os membros fizeram conclusões apoiando-se no resumo do Presidente. Os parágrafos abaixo apresentam um resumo de cada tópico:

a) Funções e Responsabilidades do GAI:

11. O Presidente observou que a apresentação dotou os membros de conhecimentos importantes sobre a finalidade da auditoria interna, código de ética, qualificações dos auditores, mandato da auditoria interna, bem como sobre as principais actividades de Auditoria Interna, que incluem o seguinte:

- Controlo das avaliações;
- Avaliação dos riscos;
- Análise das operações,
- Verificação da conformidade; e
- Formulação de recomendações para fins de melhoria.

b) Funções do Comité de Auditoria na Gestão:

12. O Presidente observou que os membros passaram a compreender melhor o comité de auditoria, os termos de referência (regulamento interno) do comité de auditoria, as funções de Comité de Auditoria, bem como os benefícios de um comité de auditoria, que incluem o seguinte:

- Melhoria da elaboração dos relatórios financeiros;
- Melhoria dos controlos internos;
- Melhoria da gestão financeira;
- Esclarecimento em relação às responsabilidades;
- Agregação de valor à Auditoria em termos monetários.

c) Relação entre o Conselho de Direcção, o Comité de Auditoria, os Auditores e a Direcção:

13. O Presidente observou que a apresentação forneceu aos membros uma visão adicional sobre a relação entre os Quatro Principais Actores na Gestão (ou seja, o Conselho de Direcção, o Comité de Auditoria, os Auditores e a Direcção), necessidade de organizar reuniões regulares com os auditores externos, bem como de elaboração de planos de trabalho para o Comité de Auditoria, e de gestão de

conflitos no processo de gestão. Portanto, a qualidade da gestão é determinada pela eficácia dos principais actores que trabalham juntos como um sistema.

14. Por último, os membros concordaram em analisar os assuntos abaixo para fins de acção/debates nas reuniões futuras, a fim de melhorar o trabalho do Comité de Auditoria (Subcomité do CRP para Questões de Auditoria):

(i) Realização de um Exercício de Autoavaliação/Avaliação do Comité de Auditoria;

(ii) Realização de uma reunião da Mesa separada com o Conselho de Auditores Externos, antes da apresentação dos relatórios de auditoria externa.

VII. DIVERSOS

15. Não havendo mais nada a tratar, o workshop foi dado por encerrado às 13:00 horas.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Report of the PRC sub-committee on audit matters

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4614>

Downloaded from African Union Common Repository